

CARTA ABERTA DO FONASEFE AO CONJUNTO DOS/AS SERVIDORES/AS PÚBLICOS/AS FEDERAIS SOBRE A MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO (MNNP)

Pela imediata recomposição salarial dos servidores públicos federais: sem luta não há vitória!

A Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) com o governo federal foi reinstalada no dia 7 de fevereiro de 2023, em Brasília (DF), contando com a presença de ministros de Estado e representantes das entidades nacionais representativas dos servidores/as públicos/as federais (SPF), que compõem os fóruns das Entidades Nacionais dos SPF (Fonasefe) e das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), além das centrais sindicais.

No dia 11 de julho, foi entregue a pauta de reivindicações ao governo e ocorreu a primeira reunião da MNNP, na qual representantes do Fonasefe/Fonacate e também das Centrais Sindicais participaram da cerimônia de assinatura do protocolo de funcionamento das negociações entre governo e o funcionalismo federal, na parte da manhã, através da MNNP. No mesmo dia à tarde, foi discutida a reposição de perdas salariais acumuladas, a Campanha Salarial 2024, bem como os itens não salariais da pauta unificada de reivindicações (entre eles, a equiparação dos auxílios), o “revogaço” de várias medidas do governo Bolsonaro e a necessidade urgentíssima de instalação das mesas setoriais, para discussão de itens como a carreira de diferentes categorias de servidores. Nesta reunião, o governo colocou que não faria a revogação de algumas normativas que já haviam criado efeitos jurídicos. Colocou que estaria aberto a realizar alterações e solicitou que a bancada sindical priorizasse alguns pontos da pauta para serem discutidos em uma próxima reunião. Ficaram definidas duas novas reuniões, uma, no dia 25 de julho, para tratar da pauta em relação a “alteração/revo-

gação”, outra, no dia 04 de agosto, para tratar da pauta econômica, ou seja, da reposição das perdas salariais acumuladas.

Na segunda reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, ocorrida no dia 25 de julho, entre o Fonasefe, Fonacate, Centrais Sindicais e o Governo Federal, foram debatidos nove itens que tratam de questões como, reforma administrativa (PEC 32), jornadas especiais de trabalho (IN 02/2018); consignação sindical (Decreto nº 10.328/2020 e Portaria nº 2009/2020) licença para mandato classista; restrições para realização de concurso público (decretos 9262/2018 e 10.185/2019); transferência de responsabilidade da concessão e manutenção das aposentadorias e pensões das autarquias e fundações para o INSS, entre outros itens. **Lamentavelmente, as negociações não avançaram de modo significativo.** O governo acenou positivamente apenas para dois itens, de forma imprecisa, demonstrando que pretende deixar intocáveis legislações oriundas dos governos de extrema direita Temer e Bolsonaro, que são prejudiciais às carreiras no funcionalismo público e à luta dos/as trabalhadores/as.

Além disso, **a reunião prevista para o dia 04 de agosto na qual o governo apresentaria uma contraproposta de percentual de recomposição salarial foi transferida unilateralmente pelo governo federal para o dia 10 de agosto.** Isso trouxe grande insatisfação às entidades representativas do funcionalismo público, pois além de ser um descaso do governo para com o processo de negociação, a transferência de

data limitará as negociações se forem considerados os prazos de aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e data de envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) ao Congresso Nacional. Na Lei Orçamentária Anual (LOA) deve constar a previsão de recursos para a recomposição salarial dos servidores públicos. O prazo constitucional para apresentação do PLOA ao congresso é 31 de agosto de 2023. Portanto, o adiamento unilateral limita o tempo e as condições de negociação.

Vale registrar, ainda, que, contraditoriamente, o governo federal lançou, no dia 27 de julho, o Grupo de Trabalho Interministerial de Combate ao Assédio Moral e Discriminações no Serviço Público, inclusive com a presença da bancada sindical, mas, ao mesmo tempo, negou-se a revogar a Instrução Normativa (IN) Nº 54/2021, que trata sobre procedimentos em caso de greves de servidores/as e empregados/as públicos/as federais. De acordo com a IN 54/21, a administração pública deverá fazer o desconto

da remuneração correspondente aos dias de paralisação. Isso representa uma afronta ao direito fundamental de greve dos/as servidores/as públicos/as, um fator cerceador ao direito de greve e configura uma tentativa de inibir a organização e mobilização das servidoras e dos servidores, elaborado de modo consciente pelo governo Bolsonaro para dar cabo a seu projeto de ataque ao movimento sindical. Acreditamos que é uma contradição, principalmente porque o governo assumiu compromisso de normatizar a Convenção 151 que introduz a liberdade sindical, liberação sindical e a negociação no serviço público. O que por si só já deveria ser o elemento principal para revogar a IN 54/21. Consideramos a manutenção dessa medida uma conduta inaceitável em um governo democrático!

Não podemos deixar de demonstrar nossa indignação também com as publicações de normativas sobre assuntos que estão na pauta atropelando a bancada sindical e as negociações da MNNP.

É preciso lutar para assegurar conquistas!

Esse desenvolvimento inicial da MNNP/campanha salarial de 2024 indica pouca abertura do governo às negociações. Isso exigirá mobilização permanente das categorias, pois as conquistas dependerão de nossa capacidade de pressão. As mudanças no calendário e a ausência de avanços significativos na MNNP levaram o Fonasefe à indicação da seguinte agenda de mobilização:

- Transferência da Plenária/ Live dos/as servidores/as públicos/as federais prevista para o dia 1 de agosto para o **dia 08 de agosto às 18h** - será transmitida pelo canal do Fonasefe no Youtube;
- Transformar o dia **10 de agosto**, dia de negociação da recomposição de nossos salários, em um **dia nacional de lutas** com atividades públicas como atos públicos, passeatas, carreatas, cafés coletivos e paralisações.

Após essas datas, muitas entidades do Fonasefe/Fonacate farão assembleias gerais para debaterem as contrapropostas apresentadas pelo governo. Fiquem alertas servidor e servidora. Vamos juntos/as/es construir essa luta em defesa de nossos direitos, dos serviços públicos e dos direitos da classe trabalhadora!